



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6662

**Presidente da Mesa Diretora:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Modifica e revoga leis

**Autoria:** Maria de Fátima Pereira Macedo

**Data:** 08//05/2007

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 125/2007. Altera dispositivo da Lei nº 2.259, de 18/04/1995; revoga a Lei nº 2.301, de 26/12/1995, e dá outras providências. (Reduz o período de carência para a concessão de título de utilidade pública: de 2 para 1 ano). (Referente à Lei nº 3.771, de 06/07/2007).

**Controle Interno – Caixa:** 16.3      **Posição:** 24      **Número de folhas:** 09

---

Espécie: PR  
Categoria: modificação  
nº: 16.3  
Ordem: 24  
nº fls: 07



82/2007  
26/06/2007

## Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 3.771 de  
06/07/2007

PROJETO DE LEI Nº **125**/2007

AUTOR:

Ver. Maria de Fátima Pereira Macedo

ASSUNTO:

Altera Dispositivo da Lei nº 2.259, de 18 de abril de 1995, e dá Outras Providências.

### MOVIMENTO

Entrada em - 08/05/2007  
Comissão Legislação e Justiça

- 1 -
- 2 - VISITAS POR 3 DIAS EM 19.06.2007
- 3 - APROVAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - EM 26.06.2007
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## Gabinete da vereadora Fátima Pereira

### PROJETO DE LEI Nº /2007.

***“Altera dispositivo da Lei n. ° 2.259, de 18 de Abril de 1995, e dá outras providências.”***

O povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

**Art. -1. °** - Altera a alínea a do artigo 1º que passa a vigorar com a seguinte redação:

***“ a) – comprovante de sua existência como pessoa jurídica há pelo menos um (01) ano no município, mediante cópia de seus estatutos devidamente registrada; “***

**Art. -2º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e revogam-se em especial a Lei 2.301, de 26 de dezembro de 1995, e as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros - MG, 02 de maio de 2007.

  
**Fátima Pereira Macedo**  
vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E POSTURA  
EM 08 DE MAIO DE 2007  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 26 DE JUNHO DE 2007  
PRESIDENTE





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**SALA DAS COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 125/2007**

**AUTORA: Ver. Maria de Fátima Pereira Macedo**

**MATÉRIA: Altera dispositivo da Lei nº 2.259, de 18 de abril de 1995 e dá Outras Providências.**

**I- RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Nº 125 /2007 de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo **“Altera dispositivo da Lei nº 2.259, de 18 de abril de 1995 e dá Outras Providências.”**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 08/05/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/05/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Trata de Projeto de Lei que prevê alteração na Lei 2.259 de 18 de abril de 1995, que dispõe sobre a Concessão de Títulos Declaratórios de Utilidade Pública.

A alteração prevista reduz o período de 02 (dois) para 01(um ano) de existência da entidade como Pessoa Jurídica, no Município.

O referido projeto, no Art. 2º, revoga a Lei 2,301 de 26 de dezembro de 1995 que acrescenta dispositivo à Lei 2.259/1995.

A Comissão entende que o presente projeto não contraria normas legais e ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Sendo assim, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente:

Ver. Ademar de Barros Bicalho – Vice-Presidente:

Ver. Eurípedes Xavier Souto – Relator:



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 125/2007 QUE “Altera Dispositivo da Lei nº 2.259 de 18 de abril de 1995, e dá outras providências”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo.

Quanto à sua legalidade, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 15 de junho de 2007.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605

Lei 2301 de 26.12.95



## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

Acrescenta dispositivos à Lei Municipal 2259,  
de 18 de abril de 1995.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprovou  
e eu sanciono a seguinte Lei :

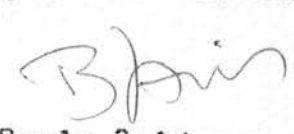
Artigo 1º - Fica acrescentado ao Artigo 1º, da  
Lei Municipal nº 2259, de 18 de abril de 1995, que dispõe sobre  
a concessão de títulos declaratórios de Utilidade Pública, o se-  
guinte parágrafo :

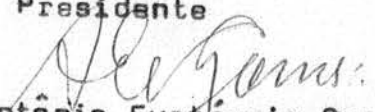
" Parágrafo Único - O prazo de 02 ( dois ) anos  
previsto na alínea "a" deste artigo, não se aplica às associações  
representativas de moradores e demais entidades que tenham o seu  
trabalho direcionado para a ação comunitária . "

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de  
sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrá-  
rio.

Câmara Municipal de Montes Claros, 19 de dezembro  
de 1995.

  
Vereador Benedito Paula Said  
Presidente

  
Vereador Antônio Eustáquio Gomes  
1º Secretário





# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros MG

MONTES  
CLAROS



LEI Nº 2.259 DE 18 DE ABRIL DE 1.995.

Dispõe sobre a concessão de títulos declaratórios de utilidade pública e contém outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros(MG) aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Poder Público Municipal de Montes Claros(MG), através de Lei de iniciativa do Prefeito ou de Vereador à Câmara Municipal, poderá conceder o título de "Utilidade Pública" a entidades legalmente constituídas, que tenham fins lucrativos ou não, sediadas neste Município, desde que preencham cumulativamente, os seguintes requisitos e exigências, a serem comprovados mediante a documentação abaixo especificada, que deverá acompanhar a proposição da Lei:

- a) - comprovante de sua existência como pessoa jurídica há pelo menos dois(02) anos no Município, mediante cópia dos seus estatutos devidamente registrada;
- b) - cópia autenticada da ata da assembleia em que se deu a eleição e posse de sua diretoria, em exercício;
- c) - certidão ou atestado firmado por autoridade judicial comprovando se achar a entidade em pleno funcionamento e atestando quanto à idoneidade das pessoas que integram sua diretoria;
- d) - documento de idoneidade financeira expedido por autoridade judicial e estabelecimentos bancários;
- e) - certidão negativa de débitos para com a União, o Estado e o Município, expedida pelos órgãos fazendários competentes;
- f) - documento de inscrição no CGC;

Mod PMMC - 08

PR. P. F. L. T. U. R. A. D. E. M. O. N. T. E. S. C. L. A. R. O. S. - M. G.

A presente cópia confere com o original, na forma da Lei nº 2.259 de 18 de Abril de 1995, estando o documento em poder da Secretaria de

Consultor Jurídico

Montes Claros 22 10 1995

Funcionário

Cargos: Consultor Jurídico

(Ass) Consultoria Jurídica





# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros MG



g) - documento firmado por autoridade legitimamente constituída, comprovando que a entidade presta serviços relevantes a esta comunidade.

Artigo 2º - Além da documentação a que se refere o artigo anterior, as entidades que exercem atividades com fins lucrativos deverão comprovar ainda que 50% (cinquenta por cento) dos seus serviços são prestados gratuitamente, em atendimento a pessoas carentes.

Artigo 3º - As entidades declaradas de Utilidade Pública deverão apresentar ao Executivo, anualmente, a testado de funcionamento regular emitido por órgão ou autoridade competente, devendo igualmente cientificar o Executivo de toda e qualquer alteração no seu estatuto social, através de cópia autenticada da respectiva ata.

Artigo 4º - O título declaratório de Utilidade Pública poderá ser cassado, por iniciativa do Prefeito ou de Vereador, mediante revogação da Lei que o concedeu, nos casos em que a entidade contemplada vier a descumprir qualquer requisito, norma ou exigência contida nesta Lei.

Artigo 5º - Sem prejuízo do parecer da Comissão de Legislação e Justiça da Câmara, os projetos de concessão de títulos de Utilidade Pública serão submetidos ainda à apreciação de uma Comissão Especial a ser constituída na forma do Regimento Interno, à qual caberá opinar sobre o mérito de tais matérias.

Artigo 6º - O título de Utilidade Pública não implica necessariamente a concessão de qualquer favor, ajuda financeira, benefício ou isenção tributária em favor da entidade contemplada.

Artigo 7º - A proposição que vise conceder o título declaratório de Utilidade Pública fica sujeita, quanto à sua tramitação, às mesmas normas regimentais aplicáveis

Mod PMMC - 08

RECEBUELA DE MONTES CLAROS - MG  
A presente com o original, na  
forma da Lei nº 4.000, estando o  
documento em  
na Secretaria de  
Assessoria Jurídica  
10/10/1997  
Carilto Juridico  
(Ass) Consultoria Jurídica





## PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros MG

MONTES  
CLAROS



aos demais projetos-de-leis.


Artigo 8º - Ficam convalidados os títulos de claratórios de Utilidade Pública outorgados até a presente data, através de Decreto do Executivo ou Resolução da Câmara Municipal, às entidades constantes do Anexo I, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10º - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei Municipal nº 1.068, de 13 de dezembro de 1.975.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 18 de abril de 1.995.

  
LUIZ TADEU LEITE  
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE MONTES CLAROS, MG	
A presente cópia confere com o original, na forma da Lei nº 1.068, de 13 de dezembro de 1975, estando o documento em vigor, estando o documento em vigor, estando o documento em vigor.	
Assessoria Jurídica	Assessoria Jurídica
Montes Claros	Montes Claros
Função	Função
Cargo	Cargo
(Ass. Consultoria Jurídica)	